



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2014, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB é o órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, além de executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Atua na execução de políticas do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões relativas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos, da avaliação de impacto ambiental, dos resíduos, da prevenção de riscos ambientais graves, da prevenção e controle integrado da poluição, da proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, da aplicação da legislação florestal, da aplicação do zoneamento industrial metropolitano e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

A CETESB tem como missão promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão aprimorar os padrões de excelência de gestão ambiental e os serviços prestados aos usuários e à população em geral, assegurando a superação da atuação como centro de referência nacional e internacional, no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Os valores, princípios e normas que pautam a atuação da CETESB estão estabelecidos no seu Código de Ética e Conduta Profissional.

A Companhia tem como objetivo assegurar o cumprimento da legislação ambiental para que os padrões de qualidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todas as regiões do Estado de São Paulo, garantir a correta preservação dos recursos naturais e da manutenção da saúde pública, intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente, reforçar sua imagem e comunicar os valores fundamentais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, fortalecer as relações de confiança que a CETESB construiu junto à população do Estado de São Paulo e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas o seguinte: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de tecnologias de "Produção mais Limpa" e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no Estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos do governo na proposição de políticas públicas ambientais; simplificar o sistema de licenciamento ambiental e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: privilegiar a atuação preventiva em relação ao meio ambiente, visando à diminuição de ações corretivas; atualizar os sistemas de licenciamento ambiental e atendimento de demandas externas para agilizar a tomada de decisões e reduzir o tempo de resposta desses sistemas; manter o programa de redução de acúmulo de processos de licenciamento sem atendimento ou com atendimento ainda parcial; obter e ordenar informações relevantes para o planejamento ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; atualizar as tecnologias de processamento de informações e dados; dar transparência às ações da Companhia; valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB; melhorar a comunicação interna e externa; simplificar e uniformizar procedimentos; identificar e equacionar a solução para as questões crônicas tanto administrativas quanto ambientais; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia; ampliar a aplicação dos conceitos e princípios do Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público do Estado de São Paulo; apoiar, fortalecer e estimular a ação do município na gestão ambiental e promover a aplicação do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero e reduzir custos em geral.

Para atender as suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.466 posições, sendo que deste total, 2.048 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.286 profissionais de nível universitário, 701 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 61 profissionais de nível operacional. Está organizada em seis Diretorias da seguinte forma: Presidência, Vice-Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental.

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências

Ambientais distribuídas praticamente em todo o Estado de São Paulo e uma unidade Poupatempo em São Bernardo do Campo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com sete laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de dez laboratórios na sede da Companhia.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações financeiras não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que, a CETESB, executou no ano de 2014 o estabelecido no Plano Plurianual - PPA 2012-2015. O PPA é constituído por um programa intitulado "Gestão e Controle da Qualidade Ambiental" e possui oito ações, das quais quatro correspondem a cada uma das atividades das Diretorias da CETESB - 1) avaliação da qualidade ambiental, 2) licenciamento e controle de fontes de poluição e de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais, 3) licenciamento com avaliação de impacto ambiental, 4) gestão administrativa e financeira, além das ações Gestão do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC e Financiamento de Projetos Ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, para o financiamento de projetos ambientais, que visa beneficiar a consecução de projetos financiados voltados à melhoria da qualidade ambiental no Estado de São Paulo e as ações de Compensação Ambiental do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas - CETESB e SMA.

Para o acompanhamento do Programa foram definidos nove indicadores, que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA, cujo resultado está apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa

PROGRAMA	AÇÃO	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2014		
		INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	1 - Índice de monitoramento do ar	95%	96% (*)
		2 - Coletas para monitoramento de águas interiores	2.063	2.594
		3 - Coletas para monitoramento de águas subterrâneas	475	594
		4 - Coletas para análise de balneabilidade	7.500	9.398
		5 - Quantidade de análises laboratoriais	300.000	367.117
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	6 - Índice de emissão de licenças	0,25	0,31
		7 - Relação entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações	0,25	1,00
		8 - Relação entre o somatório do número de vistorias realizadas e o número esperado de vistorias	0,25	0,40
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	9 - Índice de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos.	1,30	0,98

(*) percentual médio do ano

Quadro 2 - Acompanhamento das Metas do Programa no ano de 2014

PROGRAMA	AÇÃO	ANO: 2014		
		META	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	Garantir a obtenção dos dados e informações em 95% ou mais na rede de monitoramento, para avaliação e interpretação da qualidade ambiental no Estado de São Paulo	95%	118% (*)
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	Número de licenças, autorizações e alvarás emitidos	23.950	33.801
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	Número de licenças e pareceres emitidos	295	307
	4 - Gestão Administrativa e Financeira	Número de unidades atendidas	1	1
	5 - Gestão do Fundo do Estado para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	Número de projetos financiados pelo FEPRAC na remediação de áreas contaminadas	1	-
	6 - Financiamento de Projetos Ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	Número de projetos financiados pelo FECOP	200	227
	7 - Compensação Ambiental - Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas (CETESB)	Número de municípios atendidos	8	8
	8 - Compensação Ambiental - Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas (SMA)	Número de municípios atendidos	1	1

(*) percentual médio do ano

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo. O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)		
	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	<u>190.031</u>	<u>126.651</u>	Circulante	<u>107.153</u>	<u>154.039</u>
Equivalentes de Caixa (nota 04)	60.477	57.831	Fornecedores	5.949	6.490
Clientes	483	690	Salários e Remunerações a Pagar	8.081	7.550
Adiantamentos a Empregados	1.484	1.325	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	18.207	17.175
Impostos a Recuperar	250	226	Reclamações Trabalhistas	-	342
Parcelamentos a Receber (nota 05)	15.190	13.433	Adiantamentos de Convênios	9.366	34.547
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)	107.087	49.275	Adiantamentos de Clientes	119	143
Outras Contas a Receber	857	1.032	Provisão Férias, Licença Prêmio e Encargos	34.978	32.772
Estoques	1.804	728	Provisão Programa Participação nos Resultados	12.414	10.704
Despesas Exercício Seguinte	2.399	2.111	Provisão Plano de Carreira	1.987	3.864
Não Circulante	<u>567.565</u>	<u>543.513</u>	Outras Contas a Pagar	4.607	7.017
Realizável a Longo Prazo	<u>444.161</u>	<u>445.877</u>	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)	3.729	22.397
Depósitos Restituíveis (nota 10a)	7.833	5.930	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)	7.716	11.038
Adiantamentos a Empregados	1.636	1.673	Não Circulante	<u>83.208</u>	<u>5.502</u>
Parcelamentos a Receber (nota 05)	3.697	2.965	Exigível a Longo Prazo	<u>83.208</u>	<u>5.502</u>
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)	430.104	434.686	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	3.905	3.578
Impostos a Recuperar	891	623	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 08)	1.850	1.924
Investimentos	<u>286</u>	<u>8</u>	Adiantamentos de Convênios	15.697	-
Imobilizado (nota 06)	<u>123.095</u>	<u>97.528</u>	Provisão Contingências Trabalhistas (nota 10)	20.841	-
Intangível (nota 07)	<u>23</u>	<u>100</u>	Provisão Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)	40.915	-
Total	<u>757.596</u>	<u>670.164</u>	Patrimônio Líquido	<u>567.235</u>	<u>510.623</u>
	As notas explicativas integram as demonstrações contábeis		Capital Social (nota 12a)	143.998	143.998
			Adiantamentos para Aumento de Capital	12.101	-
			Reservas de Capital	15.682	15.599
			Reservas de Reavaliação	20.350	20.587
			Reservas de Lucros a Realizar (nota 12b)	375.104	330.439
			Total	<u>757.596</u>	<u>670.164</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	141.598	2.400	14.102	20.824	322.451	-	501.375
Créditos do Governo do Estado	2.400	(2.400)	-	-	-	-	-
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.497	-	-	-	1.497
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	7.676	7.676
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	399	(399)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	7.589	(7.587)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	143.998	-	15.599	20.587	330.439	-	510.623
Créditos do Governo do Estado	-	12.101	-	-	-	-	12.101
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	83	-	-	-	83
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	44.353	44.353
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	2.233	(2.233)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	42.432	(42.432)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	143.998	12.101	15.682	20.350	375.104	-	567.235

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores em milhares de reais)		
	2014	2013			
Atividades Operacionais			01 Contexto Operacional		
Lucro Líquido do Exercício	44.353	7.676	A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.		
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			02 Apresentação das Demonstrações Contábeis		
Depreciação	10.371	9.620	As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.		
Depreciação Intangível	77	101	Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.		
Realização Reserva de Reavaliação	75	75	03 Práticas Contábeis		
Subtotal	<u>54.876</u>	<u>17.472</u>	a. Apuração do Resultado		
Variações no Ativo Circulante			As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.		
Clientes	207	106	b. Aplicações Financeiras		
Adiantamentos a Empregados	(159)	(168)	Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.		
Impostos a Recuperar	(24)	(10)	c. Estoques		
Parcelamentos a Receber	(1.757)	(635)	Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.		
Valores a Receber - Dívida Ativa	(57.812)	(3.978)	d. Investimentos		
Outras Contas a Receber	175	(27)	Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.		
Estoques	(1.077)	4.007	e. Imobilizado		
Despesas Exercício Seguinte	(287)	121	Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.		
Subtotal	<u>(60.734)</u>	<u>(584)</u>	A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.		
Variações no Passivo Circulante			As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil-econômica dos bens.		
Fornecedores	(541)	1.513	04 Equivalentes de Caixa		
Salários e Remunerações a Pagar	530	589		2014	2013
Impostos e Contribuições a Recolher	1.033	5.177	Bancos	1.365	2.619
Reclamações Trabalhistas	(342)	(3.692)	Aplicações Financeiras:		
Adiantamentos a Convênios	(25.181)	2.497	Livres	34.050	14.348
Adiantamentos de Clientes	(25)	(860)	Vinculadas a Convênios	<u>25.062</u>	<u>40.864</u>
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	2.039	18.367		<u>60.477</u>	<u>57.831</u>
Outras Contas a Pagar	(2.410)	321	05 Parcelamentos a Receber		
Provisão para Contingências Trabalhistas	(18.668)	(3.770)		Circulante	Não Circulante
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	(3.321)	5.563		2014	2013
Subtotal	<u>(46.886)</u>	<u>25.705</u>		2014	2013
Total das Atividades Operacionais	<u>(52.744)</u>	<u>42.593</u>		2014	2013
Atividades de Investimento				2014	2013
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(36.092)	(9.440)		2014	2013
Aquisição de Investimentos	(278)	-		2014	2013
No Realizável de Longo Prazo	98.662	16.951		2014	2013
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	2.600	650		2014	2013
Total das Atividades de Investimento	<u>64.892</u>	<u>8.161</u>		2014	2013
Atividades de Financiamento				2014	2013
Recursos destinados a Aumento de Capital	12.101	-		2014	2013
Bens recebidos em Doação	84	1.497		2014	2013
Realizáveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	(96.946)	(46.049)		2014	2013
Recursos obtidos de Longo Prazo	75.105	2.280		2014	2013
Baixas do Ativo Permanente	154	539		2014	2013
Total das Atividades de Financiamento	<u>(9.502)</u>	<u>(41.733)</u>		2014	2013
Total dos Efeitos no Caixa	<u>2.646</u>	<u>9.021</u>		2014	2013
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	57.831	48.810		2014	2013
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>60.477</u>	<u>57.831</u>		2014	2013
Variação no Caixa	<u>2.646</u>	<u>9.021</u>		2014	2013
	As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			2014	2013



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores em milhares de reais)

06 Imobilizado a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % ao ano	2014		2013	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	51.600	21.108	30.492	29.858
Rede telemétrica	10	5.026	4.994	32	41
Máquinas e equipamentos	10	61.801	35.966	25.835	27.199
Móveis e utensílios	10	5.458	3.232	2.226	2.056
Veículos e embarcações	20 e 5	19.066	9.904	9.162	3.926
Microcomputadores e periféricos	20	12.716	6.664	6.052	2.344
Laboratório volante e de testes de veículos	10	921	921	-	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20	6.506	2.629	3.877	3.633
Imobilizações em andamento		29.593	-	29.593	12.648
Outros	4	970	101	869	866
Total		208.614	85.519	123.095	97.528

b. Movimentação do Custo

	2013		2014	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e instalações	49.021	2.667	87	51.600
Rede telemétrica	5.026	-	-	5.026
Máquinas e equipamentos	65.147	3.426	6.772	61.801
Móveis e utensílios	6.245	590	1.377	5.458
Veículos e embarcações	13.373	6.752	1.059	19.066
Microcomputadores e periféricos	9.429	5.341	2.055	12.716
Laboratório volante e de testes de veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em propriedade de terceiros	6.037	469	-	6.506
Imobilizações em andamento	12.648	20.380	3.435	29.593
Outros	971	5	6	970
Total	183.775	39.630	14.791	208.614

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2014 foi realizada contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 em 2013).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	2014		2013	
	Taxa de Amortização % ao ano	Custo	Amortizações	Líquido
Software	20	3.174	554	2.597
Total		3.174	554	2.597

b. Movimentação do Custo

	2013		2014	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	3.174	-	2.597	577
Total	3.174	-	2.597	577

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	2014	2013	2014	2013
Impostos e Contribuições	15.343	14.309	-	-
Impostos Reserva Reavaliação	75	75	1850	1.924
Parcelamento - IRRF	2.789	2.526	3.905	3.578
Parcelamento - INSS	-	265	-	-
Total	18.207	17.175	5.755	5.502

09 Valores a Receber - Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Circulante		Não Circulante	
	2014	2013	2014	2013
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	3.729	22.397	20.841	-
Reclamações Cíveis	7.716	11.038	40.915	-
	11.445	33.435	61.756	-

O montante em 31 de dezembro de 2014 de Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas é de R\$ 7.833 mil.

b) A movimentação das provisões no exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	Ações Trabalhistas		Ações Cíveis	
	2013	2014	2013	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.397	22.397	11.038	11.038
Adições	5.083	5.083	37.726	37.726
Baixas	(2.910)	(2.910)	(133)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.570	24.570	48.631	48.631

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Em 2014 foi incluído o valor de R\$ 36.586.584,90, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, que está sendo discutido no STF - Supremo Tribunal Federal, em consonância com a medida cautelar na ação cível originária 2.304. Em complemento a este assunto, deve-se observar a nota explicativa nº 19.
- Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2014	2013
Cíveis	41.443	8.380
Trabalhistas	21.530	16.633
Total	62.973	25.013

As ações cíveis tiveram um acréscimo de R\$ 32.699 mil, decorrente da ação:

Autor: Ministério Público Federal
Objeto: Autorização e licenciamento de empreendimento
Diversos Réus
Valor estimado CETESB: R\$ 32.699 mil.

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) - Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão. O processo foi encerrado em 2014.

	Circulante		Não Circulante	
	2014	2013	2014	2013
SINTIUS	-	4.034	-	313
(-) pagamentos efetuados	-	(3.991)	-	-
Transf. do Exigível a Longo Prazo	-	313	-	-
Reversão da provisão	-	(14)	-	(313)
Saldo	-	342	-	-

12 Patrimônio Líquido

- O capital social está representado por 4.799.925.135 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

15 Adequação às Novas Normas Contábeis e Reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's - Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's - Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar os seguintes CPC's:

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - Ativo Intangível - A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 - Estoques - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

16 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e, portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/14, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

17 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o lucro líquido do exercício, haja vista que apurou prejuízo fiscal e, portanto o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é igual ao lucro líquido do exercício.

18 Imunidade Tributária

Conforme notas explicativas 3.h e 3.i, a CETESB, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a CETESB ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental, tendo sido concedida Liminar em 31/03/14.

19 Evento Subsequente

Em 28 de janeiro de 2014, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) constituiu crédito tributário contra a CETESB, decorrente do encerramento do Procedimento Fiscal de nº 08.1.90.00-2012-05197-6 iniciado em 23 de outubro de 2012, com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, pertinente ao tributo: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício de 2009.

Houve a emissão de autos de infração para os seguintes tributos: imposto de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição para o financiamento da seguridade social e contribuição para o PIS/PASEP, fundamentados por conta da exclusão das receitas da CETESB, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado, da base de cálculo dos tributos. O montante total da autuação é de R\$ 63.210.432,28.

Em 23 de fevereiro de 2015, a RFB encaminhou intimação DERAT/ECOB nº 797/2015, estabelecendo prazo para a CETESB efetuar recolhimento da importância de R\$ 36.586.584,90, relativo às contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL), vez que a RFB entende que esse crédito tributário não está abrangido pela mencionada liminar. Neste sentido a CETESB constituiu provisão, conforme nota explicativa nº 10.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - Maciel Auditores, de 10/04/2015, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis

no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 14 de abril de 2015

Fabio Alonso

José Rubens Gozzo Pereira

Luiz Carlos da Costa

Reinaldo Iapequino

Rosilene Aparecida Cheron Gentile

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PATRICIA FAGA IGLECIAS LEMOS
Presidente

CONSELHEIROS:
FERNANDO PADULA NOVAES
JOÃO DE ALMEIDA SAMPAIO FILHO
JOSÉ RICARDO FRANCO MONTORO
MARILIA SARAIVA DE CAMPOS
OTAVIO OKANO
RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR

DIRETORIA

OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente

NELSON ROBERTO BUGALHO
Diretor Vice-Presidente

EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

ARUNTHO SAVASTANO NETO
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e

os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Reconhecimento das Receitas de Poder Delegado de Polícia

Em 31/03/2014 a Companhia obteve de forma liminar a determinação da suspensão de exigibilidade dos impostos federais e estaduais, conforme Medida Cautelar na Ação Cível Originária 2.304 São Paulo para as receitas de poder delegado de polícia. A Receita Federal do Brasil não reconheceu os efeitos dessa liminar para fins de exclusão da referida receita da base de cálculo das contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL), intimando a CETESB a efetuar o pagamento referente ao exercício de 2009 no montante de R\$ 36.586.584,90, valor esse, que está reconhecido nas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2014 e divulgado em notas explicativas.

São Paulo, 10 de abril de 2015

MACIEL AUDITORES S/S EPP

2CRC/RS5.460/O-0 - "S" - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

1CRC/RS 71.505/O-3 - "S" - SP

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

1CRC/RS 65.932/O-7 - "S" - SP

Responsável Técnica



CETESB



Secretaria do Meio Ambiente